

Povos Indígenas no Brasil

Fonte *O Estado de São Paulo*

Class.: *25*

Data *29 de Dezembro de 1978*

Pg.:

Os índios ainda continuam perdendo a "grande guerra"



Terminou o ano fixado no Estatuto do Índio como prazo final para demarcação das áreas indígenas em todo o País. Como se previa, por falta de recursos financeiros, condições técnicas ou outras deficiências da Funai, a promessa não se concretizou. Nem se concretizará em 79, como já adiantou o presidente do órgão. Muitas tribos continuam com suas terras asseguradas apenas no papel, do que se aproveitam grupos cada vez mais numerosos, gerando conflitos e prejuízos não só para os donos da terra, mas também para seus persistentes ocupantes.

Se o índio não conseguiu ainda desta vez ver realizado seu desejo mais imediato, quase ganhou uma inesperada emancipação — um presente de grego produzido nos gabinetes do Ministério do Interior, no entender de antropólogos, sertanistas, missionários, políticos, intelectuais e... índios. Foi preciso que um grupo de líderes indígenas fosse a Brasília e dissesse ao ministro que rasgasse o projeto para que as autoridades finalmente se convencessem a, pelo menos, deixar a questão para ser discutida no próximo governo.

Poucas vezes houve tal unanimidade contra um projeto como no caso do que regulamentaria a emancipação prevista no Estatuto do Índio. A princípio, o ministro Rangel Reis atribuiu as críticas ao desconhecimento do texto por parte dos missionários e antropólogos (estes últimos, aliás, sequer aceitaram o convite para debater o problema nos termos em que foi formulado). Mas, quando o projeto foi encaminhado à Presidência da República, divulgando-se o seu conteúdo, os protestos não cessaram, mesmo diante de argumentos como a inexistência de tribos em condições de, no momento, emancipar-se o que tornaria remota a aplicação do projeto. Nem a Funai foi convincente ao defender os propósitos do ministro, parecendo que o fazia pela simples necessidade de obedecer ao chefe.

Resta saber, agora, quanto tempo o projeto permanecerá no fundo de uma gaveta, como se supõe que esteja, e como estará a relação de forças quando ele de lá sair para nova apreciação. Porque — ninguém duvida — há grupos muito interessados em ver o índio dono de seu nariz. Minoritários, sim, mas com indiscutível poder de pressão.

Menos importante que a emancipação e a demarcação das terras, um episódio aparentemente insignificante em suas origens voltou a colocar o índio no centro das atenções gerais: a recusa das tribos do Parque

Nacional do Xingu em aceitar o novo diretor designado pela Funai, o sertanista Apoena Meirelles. Tudo começou com a permissão dada à TV Tupi para gravar cenas da novela "Aritana" no Xingu. Contrariado, o então diretor, o etnólogo Olímpio Serra, reclamou à Funai em termos considerados inadequados pelo general Ismarth de Araújo Oliveira, que o demitiu.

A medida disciplinar teria, como consequência, um impasse: de um lado, a Funai negando-se a voltar atrás em sua decisão, auxiliada pelos irmãos Villas Boas na tarefa — afinal, bem sucedida — de convencer os índios a aceitarem o novo diretor; e, de outro, o índio, apoiado por antropólogos e missionários, insistindo em fazer valer o direito de opinar nas coisas que lhe dizem respeito. E a permanência de Apoena no Xingu ainda não pode ser considerada definitiva — os índios o aceitaram, mas dizem que estarão muito atentos ao avaliar sua atuação.

O impasse gerou, ainda, uma cisão dos grupos interessados na situação do índio, quebrando a unanimidade conseguida na campanha contra o projeto de emancipação. E, embora seja impossível confrontar as qualidades do trabalho de Apoena e de Olímpio — pela própria formação, técnicos com diferentes pontos de vista e métodos de ação — o episódio também serviu para sustentar uma amarga troca de acusações entre os defensores do sertanista e do antropólogo.

Nesses dois casos — e num terceiro, relativo à invasão das reservas no Sul do País — pode identificar-se um ponto comum: a resistência do índio às soluções externas impostas a problemas de seu peculiar interesse. Analisando-se a situação, nota-se que as duas medidas foram tomadas, mais que à revelia do índio, simplesmente sem consulta. Ele não foi ouvido quando se tratou de regulamentar sua emancipação nem quando se trocou o diretor do parque. Talvez porque a Funai o julgasse incapaz de reagir.

Muitos poderão alegar que os índios não falam por si, mas são doutrinados e manipulados, argumento inclusive levantado por Orlando Villas Boas. Mas, se os índios se tornaram passíveis de manipulação a tal nível, alguma coisa falhou na política indigenista oficial. Porque a reação às influências externas é instintiva, como demonstram os grupos em estágio mais primitivo ao repelir à força os que invadem seus territórios: os massacres ocorridos durante a abertura de estradas na Amazônia são exemplos irrecusáveis.

(N.T.M.)